

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

FERNANDA FERMO BIF

**A CONTRIBUIÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COOPERATIVA DA AGRICULTURA
E PESCA FAMILIAR DE IÇARA (COOPAFI) PARA UNIDADES DE PRODUÇÃO
FAMILIARES**

**CRICIÚMA
2019**

FERNANDA FERMO BIF

**A CONTRIBUIÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COOPERATIVA DA AGRICULTURA
E PESCA FAMILIAR DE IÇARA (COOPAFI) PARA UNIDADES DE PRODUÇÃO
FAMILIARES**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de bacharel no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Dr. Dimas de Oliveira Estevam

CRICIÚMA

2019

FERNANDA FERMO BIF

**A CONTRIBUIÇÃO SOCIOECONÔMICA DA COOPERATIVA DA AGRICULTURA
E PESCA FAMILIAR DE IÇARA (COOPAFI) PARA UNIDADES DE PRODUÇÃO
FAMILIAR**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado
pela Banca Examinadora para obtenção do
Grau de Bacharelado, no Curso de Ciências
Econômicas da Universidade do Extremo Sul
Catarinense, UNESC.

Criciúma, 02 de julho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dimas de Oliveira Estevam - Doutor - (UNESC) - Orientador

Profa. Caroline da Graça Jacques - Doutora - (UNESC)

Profa. Giovana Ilka Jacinto Salvaro - Doutora - (UNESC)

Dedico este trabalho aos meus pais, Clarindo Bif e Anadir Rossi Fermo Bif, meus exemplos de vida e pilares da minha formação como ser humano. Obrigado por tudo que fizeram e fazem por mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por me guiar e proteger em todos os momentos. Meu escudo e proteção. À minha família, por estar sempre presente em minha vida e me auxiliando no que foi preciso. Meu pai, Clarindo Bif e minha mãe, Anadir Rossi Fermo Bif, que são meus alicerces, minha gratidão por tudo sempre e pela oportunidade que me deram de chegar até aqui hoje.

Minha nona, Margarida Pícolo Bif (*in memorian*) que sempre foi minha inspiração, agradeço pela sabedoria e pelos ensinamentos que me proporcionou ao longo de sua vida. Ao meu namorado, Marlon Ribeiro Pizzetti, que pacientemente entendeu as minhas aflições nesse período e que nunca deixou de me apoiar.

Agradeço minhas amigas de faculdade, Mirian Demétrio Felipe e Mayara Pereira de Souza que ao longo desses quatro anos sempre me auxiliaram e prestaram sua ajuda quando tínhamos dificuldades, compartilhamos muitos bons momentos.

Ao meu orientador, Dr. Dimas de Oliveira Estevam, que aceitou meu convite e que colaborou na elaboração e análise do presente trabalho, conduzindo sempre da melhor forma possível e buscando soluções para os problemas. Muito obrigado, professor.

Ao corpo docente do curso de Ciências Econômicas, pelo aprendizado durante a graduação, em especial, Dra. Giovana Ilka Jacinto Salvaro por me acompanhar em todos os processos deste trabalho. Obrigada, de coração. Sua sabedoria, conhecimento e competência foram indispensáveis e viraram fonte de inspiração para mim. Agradeço, também, a Dra. Caroline da Graça Jacques por aceitar avaliar o trabalho e compor a banca de defesa.

Agradeço a Coopafi, pela receptividade que tiveram comigo. O presidente da cooperativa, Jairo Manoel da Silveira, que juntamente com a secretária Paula Piuco Serafim, disponibilizou documentos e informações que auxiliaram na elaboração da análise do presente trabalho.

RESUMO

O principal objetivo do presente estudo foi analisar possíveis mudanças socioeconômicas nas unidades produtivas familiares após a filiação a Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara (Coopafi). A metodologia utilizada na presente pesquisa foi de natureza descritiva, documental, bibliográfica e de campo. As pesquisas bibliográfica e documental, respectivamente, foram realizadas a partir da literatura específica sobre o tema e documentos disponibilizados pela própria cooperativa pesquisada. Na pesquisa de campo, foram entrevistados nove associados da Coopafi, oriundos de unidades familiares produtivas com atividades distintas. A coleta de dados junto aos associados foi realizada a partir de um roteiro de entrevista estruturado e as informações analisadas de forma quantitativa/qualitativa. Diante disso, os resultados alcançados mostraram mudanças socioeconômicas nas unidades produtivas familiares após a filiação a Coopafi. A análise evidenciou que a Coopafi contribuiu nas unidades produtivas, pois possibilitou a formalização da produção para comercialização, assim como investimentos na própria unidade de produção. Além disso, para a maioria dos entrevistados, apresentou-se como uma nova forma de comercialização da produção e de renda. Dentre as dificuldades apontadas por alguns associados, destaca-se a ausência de controle das quantidades produzidas e comercializadas pelas unidades produtivas. Com o estudo, conclui-se que a Coopafi, como uma cooperativa descentralizada, auxilia seus associados em práticas inovadoras relacionadas à produção e colabora com agregação de valor do produto da agricultura familiar. As cooperativas descentralizadas, então, podem ser consideradas como uma forma de organização social, cujo intuito de viabilizar a inserção autônoma dos agricultores familiares no mercado formal.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Coopafi. Unidade Produtiva Familiar.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Linhas de crédito do PRONAF (2019).....	19
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cooperativas Descentralizadas da mesorregião sul catarinense	23
Tabela 2 – Número total de associados e de UPFs da Coopafi.....	29
Tabela 3 – Produtos comercializados e distribuídos pelo número de associados (2019).....	31
Tabela 4 – Movimentação econômica da Coopafi, valor de contrato/venda e nº de associados (2018).....	32
Tabela 5 – Principais produtos e quantidades comercializados no PNAE (2018).....	33
Tabela 6 – Perfil dos associados entrevistados (2019).....	34
Tabela 7 – Período de tempo que os entrevistados são associados na Coopafi (2019).....	35
Tabela 8 – Perfil das UPFs e da propriedade (2019)	36
Tabela 9 – Locais de comercialização da produção (2019)	37
Tabela 10 – Renda mensal por UPF (2019).....	38
Tabela 11 – Porcentagem da comercialização da Coopafi sobre a renda por UPF ..	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CAE	Conselhos de Alimentação Escolar
CIDASC	Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CGU	Controladoria Geral da União
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COOPAFI	Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara
CRESOL	Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDAI	Fundação Municipal do Meio Ambiente de Içara
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIM	Serviço de Inspeção Municipal
TCU	Tribunal de Contas da União
UNICAFES	União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária
UPF	Unidade Produtiva Familiar

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	13
2.2 COOPERATIVISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR	15
2.2.1. Breve contextualização do Cooperativismo no Brasil	15
2.2.2. Políticas Públicas e Agricultura Familiar	17
2.3 COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS EM SANTA CATARINA	21
3 METODOLOGIA	26
3.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA	26
3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	26
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	26
3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS	26
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	28
4.1 COOPERATIVA DE AGRICULTURA E PESCA FAMILIAR DE IÇARA - COOPAFI	28
4.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICOS DAS UNIDADES FAMILIARES DE ASSOCIADOS ENTREVISTADOS DA COOPAFI	34
4.2.1 Perfil dos associados entrevistados	34
4.2.2 Perfil das Unidades Produtivas Familiares Entrevistadas	35
4.2.3 Atividades desenvolvidas, produtos comercializados e renda total da UPF	36
4.2.4 Investimentos nas UPFs, processos de inovação e acesso ao crédito rural	39
4.2.5 As transformações na UPF depois da filiação a Coopafi	40
5 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	46
APÊNDICE 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA	49

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil está enraizada na cultura e na economia de diversos locais, principalmente nas áreas rurais, porém com o desenvolvimento e com as inovações que se constituíram após a luta de diversas famílias agricultoras por melhores condições socioeconômicas, o setor se expandiu devido a contribuição das políticas públicas que foram criadas. Desta forma, além das políticas públicas que melhoraram o acesso ao crédito para pequenos agricultores, as cooperativas rurais, também, tiveram relevância nesse âmbito.

Como será debatido ao longo da pesquisa, a cooperativa por ser um sistema, cujo seu principal foco é a solidariedade e a ajuda mútua, constitui-se por muitos agricultores que buscam formas para se inserir no mercado e agregar valor a seu produto. Apesar das dificuldades que os agricultores familiares enfrentam, as cooperativas se tornaram uma base para o crescimento socioeconômico das famílias e para a diversificação de seu trabalho, fazendo com que a agricultura e as unidades familiares tenham mais visibilidade e reconhecimento.

O tema do estudo envolve a contribuição socioeconômica da Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara (Coopafi) nas unidades de produção familiares. De forma específica, problematiza-se: a filiação a Coopafi produziu mudanças socioeconômicas nas unidades familiares? Sendo assim, a pesquisa teve como objetivo geral analisar possíveis mudanças socioeconômicas nas unidades familiares após sua filiação à Coopafi.

Para responder o objetivo geral, foram elaborados os seguintes objetivos específicos: Identificar o número total de associados a Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara (Coopafi); Descrever os produtos comercializados pela cooperativa e pelos associados; Descrever a produção total da unidade familiar e a quantidade destinada a comercialização pela cooperativa; Levantar a receita total da unidade de produção familiar, comparando com a obtida por meio da produção comercializada pela cooperativa; Identificar se ocorreram investimentos e acesso ao crédito relacionado a melhorias na produção, tecnologia e moradia na unidade de produção familiar, por associado.

O estudo sobre as cooperativas de agricultores familiares no Brasil não se trata de uma temática nova. Algumas pesquisas realizadas, por exemplo, no sul catarinense, região onde se realizou o presente estudo, evidenciam um aumento

gradativo de associações e organizações de agricultores, as quais buscam viabilizar os processos produtivos e formas de comercialização da produção.

As cooperativas de agricultores familiares em Santa Catarina foram denominadas de Cooperativas Descentralizadas que segundo Mior *et al.* (2014, p. 29-30) apresentam por serem:

Uma inovação organizacional ainda mais recente da agricultura familiar catarinense são as redes de cooperação. Especialmente as organizadas sob a forma de cooperativas descentralizadas. Embora as redes de cooperação compreendam outras formas de organização (condomínios, associações e cooperativas por produto), as cooperativas descentralizadas se constituem na mais poderosa inovação organizativa da agricultura familiar.

Com a evolução da agricultura familiar, as cooperativas descentralizadas vêm conquistando um espaço efetivo dentro do mercado, proporcionando a ampliação das unidades familiares e de seus produtos. As cooperativas descentralizadas visam inserir seus associados no mercado podendo potencializar seus negócios e diminuindo os riscos que o mesmo propõe.

Desta forma, ressalta-se a importância do presente estudo referente à Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara (Coopafi), como uma cooperativa descentralizada, com o intuito de analisar se ocorreram alterações em características socioeconômicas das unidades familiares de agricultores após sua filiação a Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara (Coopafi), nos seguintes aspectos: aumento de produtividade, incorporação de tecnologias no sistema produtivo, processo de comercialização, desenvolvimento e reconhecimento dentro do mercado, aumento na renda familiar, entre outros.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Sobre o tema do desenvolvimento rural na relação com a agricultura familiar, inicialmente, destaca-se a necessidade de trazer o debate no âmbito conceitual e teórico. Para Wanderley (2009, p. 76), “o ‘rural’ não se confunde com o ‘agrícola’”, apesar de que estão fortemente interligados. A autora ressalta que “a associação entre as duas categorias constitui uma das justificativas sociais da própria modernização da agricultura vista como uma resposta às necessidades de transformação do conjunto do meio rural.” (WANDERLEY, 2009, p.76). Com isso, é necessário destacar que o desenvolvimento rural não se resume a realização de atividades somente direcionadas a agricultura, mas pode incluir uma diversificação visando o beneficiamento de seus produtos e demais atividades (WANDERLEY, 2009), como será detalhado posteriormente.

Conforme Schneider (2010), o Estado foi o principal intermediador do desenvolvimento rural no Brasil a partir dos anos 1990, usando medidas políticas e ideológicas com principal foco na agricultura familiar. O autor explica que o Estado influenciou na aceleração da reforma agrária, crédito para agricultores familiares, e logo após diversificou seu enfoque para outros temas como políticas de segurança alimentar, combate às formas precárias de trabalho, apoio às populações tradicionais, entre outros aspectos que visavam o desenvolvimento no setor. Aquino e Schneider (2015) afirmam que as políticas públicas a partir dos anos 1990 tiveram grande influência no desenvolvimento rural, as linhas de crédito facilitaram que muitos agricultores aumentassem sua produtividade, renda e motivação no setor.

O mundo rural e agricultura no Brasil são aspectos que iniciam desde sua civilização. Entretanto, o meio rural conforme estudos, sempre foi uma área considerada mais desqualificada em relação ao meio urbano, devido à localização, à baixa população, falta de políticas públicas, o não-reconhecimento do trabalho ligado a terra, entre outras questões que de diversas formas excluíram o rural das agendas e propostas de desenvolvimento.

Devido a dinâmicas sociais e a modernização da agricultura a partir dos anos 1960, apenas os grandes proprietários de terras eram beneficiados, excluindo as classes rurais mais baixas. Segundo Wanderley (2009), existia vasta dificuldade

de consolidação dos setores da agricultura, principalmente nas unidades familiares. Com o desenvolvimento dos espaços rurais e da relação entre campo-cidade se tornaram mais próximas, a produção de alimentos estimulou essa relação oferecendo variedade de alimentos saudáveis para o comércio urbano e, conseqüentemente, movimentando a economia local possibilitando condições de permanência no campo (WANDERLEY, 2009).

Com relação aos empregos nos estabelecimentos familiares, Wanderley (2009) destaca que há uma busca por atividades complementares sendo conhecido como pluriatividade. As questões estratégicas ligadas a pluriatividade visam à reprodução das unidades de produção familiar, com finalidade de promover a permanência nas atividades agrícolas (WANDERLEY, 2009). Carneiro (2008) destaca que a pluriatividade no âmbito rural tem como finalidade as atividades fora desse meio com intuito de melhores condições de vida e de permanência no campo.

Wanderley (2009), também, enfatiza o crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, na qual também são consideradas estratégias dos agricultores em busca por polivalência que propende a agregação de valor dos produtos agrícolas e maior uso da mão de obra dos familiares. Carneiro (2008) ressalta que devido as atividades não-agrícolas obteve “novos tipos de ocupações” incentivados pelo turismo em áreas rurais e atividades que proporcionem lazer.

O crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural não deve ser interpretado, de forma apressada, como uma perda de importância das atividades propriamente agrícolas. Na verdade, o que se verifica é um processo de diversificação produtiva nestes espaços, provavelmente, relacionada com o crescimento da mercantilização econômica e social. (SCHNEIDER, 2000 apud WANDERLEY, 2009, p. 79).

A integração das atividades agrícolas e não agrícolas se apresenta, conforme Schneider (2010), como um dos aspectos deste novo rural, o qual combinam a agricultura com comércio e serviços e o rural com urbano. O novo rural é decorrente do processo de modernização da base tecnológica e da redução das diferenças entre os espaços urbanos e rurais, fazendo com que o rural deixasse de ser considerado um setor de atrasos (SCHNEIDER, 2010).

Isto posto, é notória a importância do desenvolvimento rural, a diversificação dos setores nas unidades familiares ligadas a produção, turismo, entre outras atividades como fonte de renda, podendo fortalecer ainda mais esse espaço rural e agrícola.

2.2 COOPERATIVISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AGRICULTURA FAMILIAR

O cooperativismo e as políticas públicas para a agricultura familiar são formas de incentivos para a permanência dos agricultores no campo e viabilizar as atividades agrícolas. O cooperativismo nesse aspecto, é uma forma de organização com objetivo de ajuda mútua, podendo contribuir para quem é cooperado. Sendo assim, o presente tópico apresenta uma breve contextualização do cooperativismo no Brasil e das políticas públicas para a agricultura familiar.

2.2.1. Breve contextualização do Cooperativismo no Brasil

O cooperativismo, segundo Pinho (2004), iniciou-se na Inglaterra em meados de 1830 por meio dos movimentos de cooperação que começou a ocorrer devido a situação de pobreza dos trabalhadores, tendo nos Pioneiros de Rochdale os percussores do cooperativismo a nível mundial. No Brasil, o processo de cooperação veio através da cultura da cooperação trazida pelos colonizadores portugueses (PINHO, 2004).

As cooperativas iniciaram como uma forma de resistência a situações de exploração durante a primeira fase da Revolução Industrial, fazendo com que ocorresse uma cooperação de forma solidária para ajudar principalmente a comunidade mais precária (SCHNEIDER, 2012). O mesmo autor traz a seguinte definição:

Uma cooperativa não é uma sociedade de capital, mas uma associação de pessoas; e um elemento econômico, ou seja, uma empresa comum. O objetivo da associação é criar uma empresa econômica comum, cujos titulares e responsáveis são os associados (SCHNEIDER, 2012, p. 257).

O cooperativismo faz parte de uma estrutura socioeconômica com caráter emancipacionista e gradativamente construtivo em prol do bem comum, com principal objetivo a atividade econômica (SCHNEIDER, 2012). Para Neto (2007), o cooperativismo possui parâmetros solidários em primeiro instante, mas o sucesso do mesmo só ocorre caso haja benefícios econômicos dentro da cooperativa. Schneider (2012) contrapõe que não basta somente a ajuda mútua, união ou elemento econômico, na criação de uma cooperativa é necessário um espírito cooperativo, que busca valores e princípios que são essenciais para o processo da cooperação.

Estevam e Verginio (2017) apontam que o principal foco das cooperativas são as formas alternativas para inserir-se dentro do mercado e meios que visam melhoria da condição de vida buscando soluções de problemas através da solidariedade. Por meio deste, Neto (2007) cita que a participação dos cooperados dentro das organizações é de extrema importância para o desenvolvimento da mesma, relata ainda que, o número de associados está diretamente interligado com o crescimento econômico e aos custos de oportunidade que a cooperativa propõe.

Desse modo, Estevam e Verginio (2017) explicitam que os benefícios e decisões concedidos dentro das cooperativas são de responsabilidade de todos os sócios, visto que, para Neto (2007), os cooperados que possuem uma relação mais próxima com a cooperativa influem dentro da mesma, possuem mais vantagens na organização e retratam maior fidelidade.

Todavia, o cooperativismo voltado para produtores rurais apresenta um perfil de aversão ao risco, devido aos ganhos de escala que essa atividade proporciona, desta forma, estudos relatam que a cooperativa aumenta as vantagens para o mesmo (ESTEVAM; VERGINIO, 2017; NETO, 2007).

É importante ressaltar que existe um órgão fiscalizador das cooperativas tradicionais, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) que regulamenta as cooperativas em seus diversos ramos (produção, crédito, comércio, outros), possibilitando ao associado dentro de seus princípios, o direito social, econômico e político (ESTEVAM; VERGINIO, 2017). Diante disso, os autores relatam que o cooperativismo está organizado em dois grupos distintos: as cooperativas vinculadas a OCB na qual representam um movimento de cooperativas criadas em meados do século XX que possuem um foco econômico e as cooperativas vinculadas ao movimento de economia solidária com perspectivas ligadas ao meio social e organizadas pela União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES). Além desses dois grupos, existem cooperativas que não estão vinculadas ou filiadas a nenhuma dessas organizações coletivas, os autores concluem que o cooperativismo brasileiro está mal dimensionado.

Por meio destas organizações, criaram-se cooperativas de diversos ramos. Pinho (2004) afirma que a história do cooperativismo no Brasil deu-se a partir da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto em 1889, considerada a cooperativa mais antiga do Brasil.

A autora supracitada destaca que as cooperativas agrícolas no Brasil, na qual corresponde ao ramo com a estrutura mais relevante do cooperativismo brasileiro. As cooperativas agrícolas enfatizam a “buscar soluções que garantam competitividade e a sustentabilidade da agricultura, da própria cooperativa como empresa e do corpo do cooperado.” (PINHO, 2004, p.118). Todavia, esse tipo de cooperativa está vinculado ao sistema de cooperativas agropecuárias que, segundo Estevam e Verginio (2017), é o ramo que possui mais destaque em números de cooperativas e empregados no Brasil.

A partir deste cooperativismo, Pinho (2004, p. 7) destaca outros meios de interação solidária por meio de cooperativas de créditos correspondendo a um modelo que funciona “como uma espécie de canal de solidariedade entre os trabalhadores.” Desta forma, esse modelo é voltado para micro e pequenos empreendedores em “pequenos empréstimos, sem burocracia e sem formalidades, a empreendimentos populares de pequeno porte” (PINHO, 2004, p. 08), podendo ajudar no andamento de seus negócios.

No âmbito do crédito solidário, destaca-se o sistema CRESOL (Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária), administrada por agricultores familiares e com autorização do Banco Central do Brasil, que visa o desenvolvimento local sustentável em prol do bem comum e oferece condições para “financiar a geração de emprego e renda, com justiça social e preservação do meio ambiente, fortalecer o Sistema CRESOL e observar as normas de legislação monetária vigente e do cooperativismo.” (PINHO, 2004, p. 153).

2.2.2. Políticas Públicas e Agricultura Familiar

Complementando o que foi dito, anteriormente, segundo Grisa e Schneider (2015), as primeiras políticas públicas voltadas para a agricultura familiar foram a partir da reforma agrária e do crédito rural, sendo fruto de muitas mobilizações sociais para reivindicar melhores condições para pequenos produtores familiares. Desta forma, estudos destacam que a primeira política pública específica para agricultores familiares decorreu dos “próprios interesses do governo federal em manter a ordem social no campo e certa influência no sindicalismo dos trabalhadores rurais” (GRISA; SCHNEIDER, 2015, p. 131), constituído como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1995.

Conforme descrição e caracterização, disponível no site da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, o PRONAF tem como principal foco financiar projetos relacionados ao custeio de produtos, atividades, investimentos e infraestrutura dentro das unidades familiares possibilitando gerar renda para os agricultores familiares e melhorando suas condições de trabalho e vida (BRASIL, 2018a). Para usufruir do programa, os agricultores precisam ter renda anual bruta de até R\$ 360 mil, podendo assim pensar um projeto dentro de sua unidade familiar e solicitar ao sindicato rural ou a Emater para que gere a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), com isso posto, o agricultor deve procurar a empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do município para que elabore o Projeto Técnico de Financiamento dentro de suas ideias e necessidades (BRASIL, 2018a).

Para poder utilizar os recursos do PRONAF, o projeto deve ser analisado por um agente financeiro dentro das legislações do programa e caso seja aprovado o agricultor estará apto para acessar esse recurso (BRASIL, 2018a). O programa desde sua criação passou por várias reformulações visando melhorar suas ações a aumentar sua cobertura para que novos agricultores também conseguissem ter acesso a esse crédito (AQUINO; SCHNEIDER, 2015). O principal foco do programa visa investir em melhores condições para o produtor rural e na qualidade de vida das famílias, fortalecendo e inovando a infraestrutura no meio rural (CARNEIRO, 1997).

Atualmente, conforme informações no site do Ministério da Agricultura, o PRONAF conta com diferentes linhas de crédito para cada tipo de necessidade e categoria. No quadro abaixo, são apresentadas as linhas de crédito do PRONAF e algumas das suas especificações.

Quadro 1 – Linhas de crédito do PRONAF (2019)

Pronaf Custeio	Financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf.
Pronaf Mais Alimentos - Investimento	Financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
Pronaf Agroindústria	Financiamento de investimentos, infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, [...] entre outros.
Pronaf Agroecologia	Financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, e custos [...] de implantação/manutenção.
Pronaf Eco	Financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente [...].
Pronaf Floresta	Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
Pronaf Semiárido	Financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas [...].
Pronaf Mulher	Financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
Pronaf Jovem	Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares	Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
Pronaf Cota-Parte	Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro [...].
Microcrédito Rural	Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o financiamento [das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida [...].

Fonte: BRASIL (2019); adaptado pela autora.

Desta forma, destaca-se que a expansão do PRONAF no decorrer dos anos trouxe resultados produtivos e econômicos em várias classes. Segundo Aquino e Schneider (2015), esses resultados não estão somente inseridos internamente nas unidades familiares, mas, também, na economia local que necessita desse recurso.

Outra política pública direcionada aos agricultores familiares é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, pelo Governo Federal, com finalidade de minimizar a fome e pobreza no Brasil, no mesmo momento, podendo fortalecer ainda mais a agricultura familiar (Brasil, 2018b). O programa tem como intuito agregar valor ao produto devido aos mecanismos que são utilizados para a comercialização do mesmo, na qual adquirem o produto diretamente em uma unidade de produção (BRASIL, 2018b).

A ideia deste programa, segundo Sambuichi *et al.* (2014), corresponde ao governo comprar produtos dos agricultores familiares ou unidades de produção, correspondendo a uma melhor segurança alimentar e nutricional destinada para doação, alimentação escolar ou para que futuramente o governo utilize esses produtos como estratégia. Esse modelo de programa pode ser acessado por agricultores familiares, comunidades tradicionais ou rurais que sejam portadores de Declaração de Aptidão ao PRONAF, comunidades indígenas e assentados da reforma agrária; desta forma, o mesmo pode ser executado via Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (BRASIL, 2018b).

Com isso posto, estudos destacam que o governo a partir desse programa influenciou e cativou os agricultores familiares a ter práticas mais sustentáveis com o manejo da produção agrícola, apesar de não ser seu foco principal (Sambuichi *et al.*, 2014).

Outro grande passo relacionado a políticas públicas e a agricultura familiar, no Brasil, foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que, apesar de ser criado em meados de 1950, era um programa em que a participação de agricultores familiares era relativamente pequena em relação a grandes oligopólios e monopólios, desta forma, após 55 anos, o programa foi reformulado e estabeleceu regras concretas em 2009 com a Lei nº 11.947/2009 determinando que 30% das compras fossem feitas de agricultores familiares (Sambuichi *et al.*, 2014).

Desta forma, é importante ressaltar a relevância do mesmo na qual oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a

estudantes de toda a rede pública escolar básica, filantrópica e entidades comunitárias sendo fiscalizado e tendo acompanhamento comunitário, via Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Tribunal de Contas da União (TCU), Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (BRASIL, 2018c).

Segundo Turpin (2009), os objetivos principais desse programa é a redução da desnutrição dos estudantes e da melhoria de hábitos alimentares, contribuindo para o crescimento, aprendizado, desenvolvimento e vida escolar. Relacionando o programa com a agricultura familiar, o mesmo atua como incentivo à pequena produção familiar, fortalecendo o segmento com intuito de minimizar a desigualdade regional e colaborando com o desenvolvimento local sustentável (TUPIN, 2009).

2.3 COOPERATIVAS DESCENTRALIZADAS EM SANTA CATARINA

Os processos de transformações que ocorreram nas unidades familiares no Sul Catarinense, envolvendo a diminuição de atividades agrícolas como plantação de fumo, mandioca, milho, entre outros, e o aumento de outras atividades que já eram tradicionais nas famílias rurais, “de transformar produtos em casa, explicam o fato de ser uma das regiões em que mais intensificaram as iniciativas na busca por novas fontes de renda e de organização” (MIOR *et al.*, 2014, p. 25-26). Desta forma, destacam-se oportunidades que aumentam as inovações nesse campo de trabalho. Todavia, Mior *et al.* (2014) enfatizam que a inovação das unidades familiares vem a partir de seu cotidiano e trabalho contínuo que se ajustam de acordo com as maneiras e condições que os agricultores manejam.

Mior *et al.* (2014) destacam os vários tipos de inovações nesse meio, o qual é um resultado de busca por soluções cotidianas enfrentadas por agricultores familiares podendo otimizar sua produção. Destaca também, a cooperação dentro dessas inovações, ambos em torno de um único objetivo. Com isso posto, a estruturação de mercados relacionados à regulação dessas unidades produtoras está vinculada ao processo de inovação organizacional e é por meio deste que as práticas de organização sociais estão relacionadas com as práticas técnico-produtivas (MIOR *et al.*, 2014). À vista disso, as cooperativas descentralizadas e agroindústrias familiares refletem como resultado dessas práticas inovadoras,

contribuindo com a agregação de valor ao produto e diminuindo a vulnerabilidade do mesmo (MIOR *et al.*, 2014).

As agroindústrias familiares são uma forma de organização rural onde se “produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária” (MIOR, *et al.*, 2014, p. 28) com intuito de comercializar e gerar um valor em troca do produto. É a partir disso, que estudos destacam a importância que essas atividades têm, por trazer diversidade e conhecimento para os agricultores, além de poder gerar campo de trabalho e fonte de renda de forma descentralizada para inúmeras famílias rurais (MIOR, *et al.*, 2014).

Com base nisso, Mior *et al.* (2014) apontam a relevância das cooperativas descentralizadas como uma rede de cooperação organizacional e inovadora que se constitui dentro da agricultura familiar. As cooperativas descentralizadas são uma forma de organização que constitui várias atuações e atividades relacionadas à agricultura familiar, que fazem parte de uma sede e unidades de produção localizada nas respectivas propriedades ou comunidades rurais dos associados; desta forma então, se denomina cooperativas descentralizadas pelo fato de que as sedes não são dentro da própria cooperativa (MIOR *et al.*, 2014).

Em Santa Catarina, as cooperativas descentralizadas têm forte impacto na vida dos associados, pois contribuem significativamente na entrada de mercados formais alimentícios com as legislações que são impostas e a logística do mesmo (MIOR *et al.*, 2014). Mior *et al.* (2014, p.30) explicam que as cooperativas descentralizadas “podem assim ser vistas como um mecanismo para viabilizar a inserção autônoma dos agricultores familiares ao mercado” podendo contribuir com a vida e a inserção socioeconômica, produtiva e a competitividade entre agricultores familiares dentro do mercado.

Por conseguinte, estudos frisam que em Santa Catarina essas cooperativas tiveram várias denominações, “Cooperativas da agricultura familiar”, “Cooperativas descentralizadas”, “Cooperativas virtuais ou não patrimoniais”, mas por fim foram denominadas de descentralizadas, diferenciando-se das cooperativas tradicionais (MIOR *et al.*, 2014). Para Mior *et al.* (2014), essas cooperativas retratam a inovação, na medida em que já não é mais necessário um alto custo de investimentos em infraestrutura e instalações para que os agricultores almejem uma organização produtiva. Contudo, as cooperativas descentralizadas “são constituídas para viabilizar a operação de armazenagem, processamento e comercialização em

pequena escala das agroindústrias familiares rurais” (MIOR, *et al.*, 2014, p. 32), porém isso só ocorre quando os agricultores por meio de contrato de comodato, repassam todas as exigências e legislações para a responsabilidade da cooperativa que atua como gestora das agroindústrias (MIOR, *et al.*, 2014).

Na tabela abaixo, apresenta-se um estudo realizado por Reiter *et al.* (2013), a lista das cooperativas da mesorregião sul catarinense, com seus respectivos municípios de origem, ano de início das atividades e número de sócios. É importante destacar que a lista foi atualizada pela pesquisadora, pela inclusão de outras cooperativas, atualização de número de sócios e data de fundação. Foram incluídas a Cooperativa dos Agricultores e Consumidores de Produtos Ecológicos (ARACOOOPER) e Cooperativa de Agricultores Familiares de Siderópolis (COOPERBELLUNO). Os números de sócios das Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara (COOPAFI), Cooperativa Dos Produtores Familiares e Pescadores Artesanais da Região dos Lagos Sul Catarinense (COOPERLAGOS), Cooperativa Agropecuária Nova Força (COOPERNOVA), Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares e Artesanato de São João do Sul (COOPERSERTÃO) foram atualizados.

Além disso, foram incluídos as datas de fundação da Cooperativa de Produção Pesqueira do Complexo Lagunar (COOPERLAGUNAR), Cooperativa de Produção de Camarões de Santa Marta Pequena (COOPERSANTA), Cooperativa Dos Produtores Familiares e Pescadores Artesanais da Região dos Lagos Sul Catarinense (COOPERLAGOS).

Tabela 1 – Cooperativas Descentralizadas da mesorregião sul catarinense

Cooperativa	Município - Sede	Data de Fundação	Nº de sócios
Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza – COOFANOVE	Nova Veneza	2004	129
Cooperativa dos Agricultores Familiares de Rio Fortuna – COOPER FAMILIA	Rio Fortuna	2007	200
Cooperativa dos Agricultores Familiares de Treze de Maio e Região – COOPERTREZE	Treze de Maio	2003	212
Cooperativa dos Produtores Orgânicos Catarinense – COOPERVIDA	Praia Grande	2000	27
Cooperativa de Agricultura Familiar de Criciúma Nosso Fruto – NOSSO FRUTO	Criciúma	2004	80
Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha – COONAFOR	Forquilha	2009	99
Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara – COOPAFI	Içara	2005	119

Cooperativa de Agricultura Familiar Fumacense Fruto da Terra – COOAFF	Morro da Fumaça	2010	34
Cooperativa Familiar Agroindustrial Sul Catarinense – COFASUL	Urussanga	2004	134
Cooperativa Agropecuária Serra do Rio do Rastro – COOPER AGROSERRA	Lauro Muller	2005	38
Cooperativa de Agricultura Familiar de Maracajá Nova Esperança – COOPER NOVA ESPERANÇA	Maracajá	2011	140
Cooperativa da Agricultura Familiar e Artesanato do Vale do Araranguá – COOPERVALESUL	Turvo	2010	115
Cooperativa Mista Agricultura Familiar de Sombrio – COOPERSOMBRIO	Sombrio	2007	103
Cooperativa de Produção e Comercialização Agrícola do Vale – COOPERVALE	Braço do Norte	2011	150
Cooperativa dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – COOPERAGRECO	Santa Rosa de Lima	2009	150
Cooperativa Mista da Agricultura Familiar de Santa Rosa do Sul – COOPERSOL	Santa Rosa do Sul	2011	38
Cooperativa de Agricultores Familiares de Orgânicos da Região Sul – NOVA VIDA	Criciúma	2012	55
Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares do Vale do Rio Capivari – COPERRICA	Armazém	2011	46
Cooperativa de Produção Pesqueira do Complexo Lagunar – COOPERLAGUNAR	Laguna	2008	-
Cooperativa de Produção de Camarões de Santa Marta Pequena – COOPERSANTA	Laguna	2001	-
Cooperativa Dos Produtores Familiares e Pescadores Artesanais da Região dos Lagos Sul Catarinense – COOPERLAGOS	Imbituba	2007	28
Cooperativa Agropecuária Nova Força – COOPERNOVA	Forquilha	-	53
Cooperativa dos Agricultores e Consumidores de Produtos Ecológicos - ARACOOOPER	Araranguá	2003	-
Cooperativa de Produção, Processamento, Comercialização da Agricultura Familiar do Braço do Norte – COOFANORTE	Braço do Norte	2013	20
Cooperativa Regional dos Agricultores Familiares e Artesanato de São João do Sul – COOPERSERTÃO	São João do Sul	2013	120
Cooperativa dos Agricultores Familiares e Artesãos de São Ludgero – COOPERAÇÃO	São Ludgero	2013	21
Cooperativa dos Produtores de Leite e Agroindústria Familiar Rural – COOPERCOLMEIA	Meleiro	2013	52
Cooperativa de Agricultores Familiares de Siderópolis – COOPERBELLUNO	Siderópolis	2014	23

Fonte: Reiter *et al.* (2013) – Adaptado pela autora.

Conforme estudos, as cooperativas descentralizadas possibilitam que o agricultor familiar tenha uma flexibilidade produtiva, podendo diversificar suas atividades conforme a sua demanda e ter escolha de como, onde e quando produzir seu produto dentro das dinâmicas de mercado (ESTEVAM; SALVARO; BUSARELLO, 2015). No processo de comercialização, segundo os autores, há uma diminuição da intermediação, diminuindo os custos na relação de compra e venda,

além de aproximar o produtor do consumidor criando uma ligação de fidelidade e confiança entre ambos pela origem da produção do produto. Ademais, o retorno obtido de seus resultados financeiros é dividido entre o cooperado e a cooperativa, sendo que a cooperativa retira apenas um percentual para quitar os custos operacionais e os determinados pela legislação, e o restante em quase sua totalidade do recurso fica destinado ao agricultor cooperado (ESTEVAM; SALVARO; BUSARELLO, 2015).

O tratamento legal das cooperativas descentralizadas e tradicionais são similares, segundo Estevam, Salvaro e Busarello (2015), ambas necessitam de no mínimo vinte sócios para fundar a cooperativa, registrar-se em juntas comerciais, inscrição na receita federal e estadual, entre outras legislações que estão ligadas aos agricultores familiares para a fundação do mesmo. Os autores ressaltam que as cooperativas descentralizadas são mais flexíveis, por atender individualmente cada associado e mercado, a vista disso, a autonomia de cada associado é mantida dentro da cooperativa, isso faz com que as decisões sejam mais democráticas e mais participativas (ESTEVAM; SALVARO; BUSARELLO, 2015).

De acordo com Schneider e Ferrari (2015), a agricultura familiar possui um diferencial como estratégia devido a associação de seus produtos estarem ligados a natureza, tradição, artesanal, entre outros aspectos. Destaca a importância de políticas locais que visem a expansão dos mercados, como a aquisição de alimentos destinada a alimentação escolar, espaços para feiras livres e outras formas de venda direta ao consumidor (SCHNEIDER; FERRARI, 2015). Além disso, Schneider e Ferrari (2015) demonstram a importância que a sustentabilidade tem nesse meio a partir de novas práticas adotadas que visem empreendimentos agroalimentares de qualidade, ficando ao encontro dos consumidores que buscam por uma alternativa mais saudável e produtos mais caseiros.

Conforme estudos de Estevam, Salvaro e Busarello (2015), na região Sul Catarinense, a agricultura familiar tem forte relevância em termos sociais e econômicos, todavia, esse setor ainda enfrenta muitas dificuldades ligadas à comercialização e aos problemas relacionados ao acesso. Desta forma, no estudo realizado pelos autores, os agricultores familiares associados relataram que, após filiarem-se a cooperativa, ocorreu um aumento de produtividade e renda, contribuindo com o desempenho socioeconômico na unidade familiar (ESTEVAM; SALVARO; BUSARELLO, 2015).

3 METODOLOGIA

3.1 NATUREZA E TIPO DE PESQUISA

Dentro da proposta metodologia, foi utilizada a pesquisa descritiva. Gil (2008, p. 28) destaca que a pesquisa descritiva “têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, nível de renda.” entre outros aspectos que são necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Além da pesquisa bibliográfica, em artigos e livros, documental e estudo de caso em um grupo de entrevistados.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Devido a pesquisa estar direcionada a cooperativa, o principal foco dos que foram entrevistados, referiu-se aos associados da Coopafi. Atualmente a cooperativa conta com 119 associados, em que foram entrevistados nove e o critério de escolha dos entrevistados foi por acessibilidade e pela diversidade de produtos cultivados e comercializados dentro da cooperativa.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os procedimentos utilizados na pesquisa, foram por meio de pesquisa documental em relatórios e informações disponibilizados pela Coopafi e realização de entrevista, seguido por roteiro (conforme apêndice 1) com intuito de delinear o máximo de informações dos agricultores associados, tendo uma fonte de resultados mais precisa. As entrevistas, foram realizadas no período entre março e abril de 2019.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

Como descrito anteriormente, a análise de dados envolveu as nove entrevistas realizadas e os documentos obtidos por meio da cooperativa estudada. Desta forma, análise foi elaborada a partir das informações obtidas junto aos cooperados na pesquisa e das informações sobre a cooperativa, obtidas pelo

levantamento documental. Os resultados da pesquisa foram analisados por meio da estatística descritiva e análise qualitativa.

As entrevistas foram realizadas nas unidades produtivas familiares e na feira municipal. Com intuito de compreender as experiências dos associados e os relatos referente a produção e comercialização com apoio da cooperativa. Além disso, as entrevistas foram realizadas também, por meio de gravações que possibilitaram um material relevante para a referente análise.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Com 14 anos de fundação, inserida no município de Içara, a Coopafi vem contribuindo para formalização da comercialização de produtos da agricultura familiar do município. Os itens a seguir se tratam do histórico da cooperativa desde seu princípio, suas principais características e posteriormente suas informações, juntamente com a análise da pesquisa realizada com os nove associados que se dispuseram em contribuir com a mesma.

4.1 COOPERATIVA DE AGRICULTURA E PESCA FAMILIAR DE IÇARA - COOPAFI

Fundada em 2005, como um modelo de cooperativa descentralizada, a Coopafi foi criada com intuito de fortalecer os pequenos agricultores e pescadores da região como uma forma de ajudar nas exigências legislativas fiscais e sanitárias (ESTEVAM *et al.*, 2015). Foi a partir das informalidades fiscais e sanitárias que existia dentro das agroindústrias que a Coopafi se apresentou como uma alternativa de oportunidades para os agricultores e pescadores que não tinham condições financeiras de formalizar seus empreendimentos para poder comercializar os produtos no mercado convencional e institucional (ESTEVAM *et al.*, 2015). Além desse aspecto, destacava também a irregularidade tributária dos agricultores, que estavam informais, desta forma, caso não recolhessem tributos, conseqüentemente prejudicava aos mesmos futuramente na previdência rural (ESTEVAM; BEZ BATTI; LANZARINI, 2011).

Outro enfoque referente à criação da Coopafi foi devido a muitos agricultores trabalhavam com fumo na região e o preço do mesmo já não era mais atrativo para custear suas dívidas, além de problemas relacionados à saúde devido ao uso intenso de agrotóxicos na produção, isso fez com que muitos trocassem de ramo e buscassem novas oportunidades para obter uma nova fonte de renda (ESTEVAM *et al.*, 2015).

Dentre isso, a Coopafi, segundo Estevam *et al.* (2015, p. 10.633), assume as responsabilidades do “Gerenciamento das unidades familiares de beneficiamento e transformação de frutas, cereais, produções de pães, bolachas, doces, produtos lácteos (registrados no Serviço de Inspeção Municipal – SIM)”, juntamente com seus

associados. A cooperativa disponibiliza para os empreendimentos associados, serviços veterinários e de contabilidade com objetivo de auxiliar ao máximo na produção (ESTEAM; BEZ BATTI; LANZARINI, 2011).

A Coopafi, segundo fundadores da mesma, representou no meio rural, novas oportunidades, geração de emprego e renda, e conseqüentemente uma contribuição na melhoria da qualidade de vida do produtor (ESTEAM *et al.*, 2015).

Atualmente, a cooperativa possui sede na rua Cel Marcos Rovaris, 608, Içara – SC, juntamente com instituições de apoio à agricultura, tais como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), e Secretaria Municipal de Agricultura. De acordo com as informações disponibilizadas pela Coopafi, a cooperativa possui parcerias com a Prefeitura Municipal, Secretaria de Agricultura, EPAGRI, Fundação Municipal do Meio Ambiente de Içara (FUNDAI), Secretaria de Educação, Cooperaliança e Câmara Municipal de Vereadores de Içara. Dentre essas parcerias, a Coopafi participa de Programas do Governo Federal (PAA e PNAE) juntamente com o apoio do estado, o que torna uma opção para os produtores e consumidores também, garantindo venda dos produtos da agricultura familiar, agregando mais valor ao mesmo e para o consumo das escolas e hospital de produtos locais de qualidade.

Outro local importante de comercialização, é a feira municipal da Coopafi, cujo os associados tem um local específico para a comercialização de seus produtos. Depois dos Programas PNAE e PAA, a feira é um dos locais que possui uma grande movimentação econômica via cooperativa. Destaca-se também o projeto “reciclou, levou” onde a pessoa troca seus objetos recicláveis por vale-feira, tornando-se então uma vantagem atrativa para o consumidor em virtude da sustentabilidade e ainda conseguir adquirir produtos da agricultura familiar do município.

Na tabela a seguir são apresentados o número de total de associados e de Unidades Produtivas Familiares (UPFs).

Tabela 2 – Número total de associados e de UPFs da Coopafi

Categoria	Número
Mais de um associado por UPF	27
Total de Unidade Produtiva Familiar (UPF)	92
Total de Associados	119

Fonte: Coopafi (2019); Elaborado pela autora.

Segundo informações disponibilizadas pela Coopafi, a cooperativa atualmente possui 119 associados, sendo que 27 deles fazem parte da mesma unidade produtiva familiar (UPF), sendo assim possui 92 UPFs.

Além disso, como pode ser observado na tabela 2, há vários cooperados, cuja venda com maior participação dentro da cooperativa, tem representatividade dentro da mesma e também os associados que não comercializam seus produtos na feira municipal e nos programas do governo (PNAE e PAA), porém utilizam a cooperativa como apoio, para formalizar a UPF e com isso comercializar seus produtos no mercado convencional, sem incorrerem o risco da informalidade. Todavia, para a Coopafi esses associados também trazem vantagens, pois 5% da comercialização desses produtos é destinada a cooperativa, contribuindo para os custos de manutenções que a mesma possui.

A tabela 3 apresenta os produtos comercializados pela Coopafi, distribuídos entre os principais associados que comercializam seus produtos na feira municipal e nos programas institucionais do governo.

Tabela 3 – Produtos comercializados e distribuídos pelo número de associados (2019)

Produtos	Nº de associados
Panificados	7
Verduras e Hortaliças	4
Verduras e Hortaliças Orgânicas	3
Aipim Descascado Congelado	3
Carne Suína Moída - Lombo	3
Arroz Parboilizado tipo 1	2
Banana Branca Orgânica	2
Farinha de Milho não transgênica	2
Feijão preto tipo 1	2
Melancia	2
Polpa de maracujá congelada	2
Tomate	2
Filé de tilapia/peixe	2
Arroz Parboilizado integral tipo 1	1
Banana Branca	1
Batata Doce	1
Batata Inglesa	1
Farinha de Mandioca	1
Limão Taiti, cravo ou galego	1
Maçã	1
Mel de Abelha Orgânico	1
Milho Verde espiga	1
Moranga	1
Morango Orgânico	1
Ovo de Galinha	1
Pitaya	1
Pitaya Orgânica	1
Uva Niagra Rosa	1
Queijo	1
Orquídeas	1
Total	53

Fonte: Coopafi (2019); Elaborado pela autora.

Como citado anteriormente, dentre as 92 UPFs, destacam-se 53 que possuem uma representatividade maior dentro da Coopafi e seus produtos passam pela cooperativa para serem comercializados, o restante das UPFs não mencionadas na tabela, utilizam a cooperativa para comercializar seus produtos no mercado convencional e institucional.

Conforme mostra a tabela, enfatiza-se a produção de panificados com maior representatividade, de sete associados, seguido por verduras e hortaliças orgânicas e convencionais, aipim descascado congelado, entre outros produtos. Embora não tenha produção de maçã na região, existe um associado com terras arrendadas na serra com a plantação da fruta, desta forma, a plantação fica em outra localidade, mas a comercialização fica na região, é realizada por meio da Coopafi.

A tabela 4 apresenta a movimentação econômica da cooperativa, com os respectivos valores de contrato e venda e o nº de agricultores que fizeram parte da mesma.

Tabela 4 – Movimentação econômica da Coopafi, valor de contrato/venda e nº de associados (2018)

Modalidades de Movimentação Econômica	Valor Contrato	Valor Vendido	Nº De Associados
PNAE Içara	642.310,88	595.107,77	37
PNAE Balneário Rincão	186.779,30	119.672,60	12
Feira - Vale Feira	281.552,36	304.796,57	9
Vale Projeto Reciclou levou	46.945,10	53.864,35	-
Total	1.157.587,64	1.073.441,29	58

Fonte: Coopafi (2018).

Dentre essas modalidades o que mais se destacou, no ano de 2018, dentro da cooperativa foi a comercialização destinada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que inclui todas as escolas e creches do município, contando com 37 associados participando da comercialização dos seus produtos; além disso, é importante frisar que a Coopafi também participa da alimentação escolar do município vizinho, Balneário Rincão, seguido pela segunda maior movimentação econômica dentro da cooperativa e que contribui na comercialização de 12 associados.

Outra modalidade importante dentro da cooperativa e que tem destaque é a feira municipal da Coopafi, que conta com nove associados e que comercializam diversos produtos. Principal motivo que levou a criação da feira foi a aproximação do produtor com o consumidor final, contribuindo mais com a renda do mesmo e agregação do valor do produto. Outro fator que contribuiu na feira é o vale feira, onde a prefeitura disponibilizou um valor de R\$ 16,90 mensal para cada funcionário

público, conseqüentemente, isso gerou um maior fluxo dentro da feirinha, contribuindo ainda mais com o associado. Como se pode observar na tabela, o valor vendido ultrapassou o contratado em R\$ 23.244,21 referente ao vale feira, fato que gera ainda mais motivação para quem está na feira.

Outro vale que possui destaque é devido ao projeto reciclou levou, onde cada pessoa pode levar uma quantidade de materiais recicláveis e trocar por vale feira, cada quilo de material equivale a R\$ 0,50 de vale feira. O principal intuito desse projeto é promover a conscientização ambiental, contribuir com a Associação de catadores do município e gerar renda a quem participa, conseqüentemente acaba colaborando com a venda na feira e com quem participa, que ajuda o meio ambiente e pode adquirir produtos da agricultura familiar da região. Desta forma, como mostra a tabela o valor de venda também ultrapassa o valor de contrato em R\$ 6.919,25 sem a participação dos associados, somente do público que participa.

Além disso, na tabela foi destacado somente as principais modalidades da movimentação econômica da Coopafi, desta forma, analisa-se que ao final o valor de venda ficou inferior, faltando R\$ 84.146,35 para fechar com o valor de contrato disponibilizado. É importante ressaltar que o número total de associados na tabela, é apenas a soma das modalidades, pois um associado que comercializa no PNAE, também, pode comercializar seu produto na feira.

A tabela 5 apresenta os principais produtos e quantidades comercializados pela Coopafi com destino ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), juntamente com o nº de associados de cada produto.

Tabela 5 – Principais produtos e quantidades comercializados no PNAE (2018)

Produtos	Quantidade	Unidade	Nº De Associados
Verduras e Hortaliças Orgânicas	31.299	KG/UNID	4
Banana Branca	20.600	KG	1
Maçã	19.989	KG	1
Banana Branca Orgânica	18.720	KG	2
Verduras e Hortaliças	11.591	KG/UNID	3

Fonte: Coopafi (2018); Elaborado pela autora.

Como se pode observar na tabela anterior, as verduras e hortaliças orgânicas foram comercializadas em maior quantidade no ano, porém é necessário destacar que na comercialização desse produto existem quatro associados que produzem. Com isso, é necessário frisar que a banana branca, apesar de estar em

segunda colocação pela quantidade, tem uma representatividade maior para um único associado, seguido então pela maçã que também tem um associado para uma quantidade bem representativa. Desta forma, como mostra a tabela, segue-se pela banana branca orgânica com dois associados e finaliza com verduras e hortaliças com três associados.

4.2 CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICOS DAS UNIDADES FAMILIARES DE ASSOCIADOS ENTREVISTADOS DA COOPAFI

4.2.1 Perfil dos associados entrevistados

A tabela a seguir apresenta o perfil dos associados entrevistados da pesquisa.

Tabela 6 – Perfil dos associados entrevistados (2019)

Sexo	
Feminino	4
Masculino	5
Idade	
De 40 a 50 anos	2
De 51 a 60 anos	5
61 em diante	2
Número de filhos	
1	3
2 a 3	4
Igual ou acima de 4	2
Nível de Escolaridade	
Ensino Fundamental Incompleto	5
Ensino Fundamental Completo	1
Ensino Médio Completo	2
Ensino Superior Completo	1

Fonte: Pesquisa de campo (2019); Elaborado pela autora.

Conforme a tabela apresentada, dos nove entrevistados, cinco são do sexo masculino e quatro do feminino, além disso, todos relataram serem casados. A faixa etária dos mesmos, ficou em sua grande maioria de 51 a 60 anos com cinco

entrevistados, dois entrevistados com idade entre 40 a 50 anos e dois entrevistados com mais de 61 anos.

Dentre os números de filhos, verifica-se que a maior parte dos entrevistados relataram possuir entre dois a três filhos, seguido por três entrevistados que relataram ter apenas um, e dois relataram ter igual ou acima de 4 filhos.

Em relação ao nível de escolaridade, dos nove associados, cinco disseram ter ensino fundamental incompleto devido as condições precárias da época, seguido por dois associados com ensino médio completo, um associado com ensino fundamental completo e um associado com ensino superior completo.

A tabela 7 mostra há quanto tempo os entrevistados são associados a cooperativa.

Tabela 7 – Período de tempo que os entrevistados são associados na Coopafi (2019)

Até 3 anos	1
De 4 a 6 anos	3
De 7 a 9 anos	3
Igual ou acima de 10 anos	2

Fonte: Pesquisa de campo (2019); Elaborado pela autora.

Como mostra a tabela anterior, dentre os nove entrevistados, três estão associados a Coopafi entre 4 a 6 anos, três de 7 a 9 anos, seguidos por dois com igual ou acima de 10 anos e somente um associado com menor período de tempo, de até 3 anos.

Nos tópicos seguintes, quando necessário, as informações serão classificadas e apresentados por ordem das entrevistas e das UPFs (1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9).

4.2.2 Perfil das Unidades Produtivas Familiares Entrevistadas

Antes de apresentar o perfil da UPF, é importante informar sobre a composição familiar dos entrevistados, incluindo residentes e não-residentes na propriedade. Do total de nove entrevistados, quatro relataram que residem apenas

com suas esposas ou esposos. Cinco entrevistados têm filhos que residem na UPF e fora da UPF.

A tabela 8 apresenta o perfil das UPFs e da propriedade dos associados, e a mão de obra que é utilizada na produção.

Tabela 8 – Perfil das UPFs e da propriedade (2019)

Situação da UPF	
Proprietário	9
Arrendatário	0
Tamanho da UPF/Propriedade	
Até 1 ha	1
Entre 1 a 3 ha	1
Entre 3 a 6 ha	3
Entre 6 a 9 ha	2
Acima de 10 ha	2
Mão de Obra utilizada	
Apenas Familiar	5
Contratada	0
Familiar e Contratada	4

Fonte: Pesquisa de campo (2019); Elaborado pela autora.

Conforme mostra a tabela, em relação as UPFs, todos os 9 associados entrevistados são proprietários, dentre eles, 63% dos entrevistados possuem mais de 3 ha de terra. A mão de obra utilizada é destacada em sua grande maioria em apenas familiar, seguida por familiar e contratada.

Os entrevistados relataram que, na maioria dos casos, a contratação da força de trabalho fora da propriedade é feita esporadicamente, em períodos de trabalhos mais intensivos, como em épocas de colheitas, plantações, processamento de produtos, entre outros.

4.2.3 Atividades desenvolvidas, produtos comercializados e renda total da UPF

No que se refere às atividades desenvolvidas e produtos comercializados por cada UPF, do total de nove entrevistados, três relataram o cultivo e o comércio de frutas (morango e maracujá), verduras, hortaliças e aipim, sendo que um deles relatou que produz e comercializa frutas e aipim. Duas UPFs produzem e comercializam panificados, tais como pães, bolos, bolachas, salgados, massas

caseiras, entre outros. Três UPFs produzem e comercializam individualmente, aipim, hortaliças orgânicas e cana-de-açúcar. Um dos entrevistados é pescador e comercializa os pescados.

Das quantidades dos produtos cultivados e comercializados mensalmente, destacam-se: a produção de frutas (morango e maracujá) com 2.632 quilos, as verduras e hortaliças com aproximadamente 12.048 unidades, o aipim com 2.500 quilos e os panificados com 6.800 unidades. Diante disso, percebe-se que a produção de verduras e hortaliças tem um grande potencial, seguido pelos panificados, frutas e aipim. É importante ressaltar que as quantidades são referentes a cinco entrevistados, pois o restante relatou não controlar a quantidade produzida e comercializada ao total dentro da UPF.

Entretanto, a quantidade comercializada pela Coopafi desses produtos distingue e apenas uma parte desse cultivo é destinado a cooperativa, a comercialização das frutas por exemplo, passa para 707 quilos mensais, verduras e hortaliças com 520 unidades, panificados com 800 unidades e novos produtos que não foram mencionados anteriormente, como cana-de-açúcar, com 80 quilos e posteriormente, o peixe, com venda aproximada de 600 quilos mensais. Em relação à quantidade destinada para a cooperativa mensalmente, um entrevistado não soube responder e outro não comercializa os produtos nos programas do governo e na feira municipal, apenas utiliza a cooperativa para poder estar no mercado institucional e convencional, mas ainda assim, contribui com uma porcentagem da comercialização que é destinada à cooperativa.

Na tabela a seguir, apresenta-se os locais de comercialização da produção dos nove entrevistados.

Tabela 9 – Locais de comercialização da produção (2019)

Locais de comercialização	Número
Supermercados	1
Fruteiras	4
PNAE/PAA	3
Feiras	6
Outros locais	4

Fonte: Pesquisa de campo (2019); Elaborado pela autora.

Como mostra a tabela, existem vários locais de comercialização, por meio das quais um associado pode comercializar seus produtos em vários locais mencionados. Diante disso, analisa-se que o principal local de comercialização dos entrevistados é a feira, com seis associados, seguido por fruteiras com quatro, outros locais (restaurantes, eventos, peixaria, etc.) com quatro, PNAE/PAA com três e, por fim, supermercados com apenas um associado.

A tabela 10 apresenta a renda mensal por UPF dos nove entrevistados.

Tabela 10 – Renda mensal por UPF (2019)

Entre 1.001,00 a 2.000,00	2
Entre 2.001,00 a 3.000,00	1
Entre 3.001,00 a 4.000,00	2
Entre 4.001,00 a 5.000,00	3
Acima de 5.000,00	1

Fonte: Pesquisa de campo (2019); Elaborado pela autora.

A tabela anterior mostra que, dos nove associados, três deles, possuem renda entre 4.001,00 a 5.000,00, seguido por dois entre 3.001,00 a 4.000,00 e dois entre 1.001,00 a 2.000,00, um associado entre 2.001,00 a 3.000,00 e, por fim, um associado acima de 5.000,00 mensal.

A tabela 11 mostra quantos por cento da renda de cada entrevistado vem da comercialização pela Coopafi.

Tabela 11 – Porcentagem da comercialização da Coopafi sobre a renda por UPF

UPFs	%
UPF 1	30
UPF 2	10
UPF 3	50
UPF 4	10
UPF 5	70
UPF 6	90
UPF 7	10
UPF 8	20
UPF 9	0

Fonte: Pesquisa de campo (2019). Elaborado pela autora.

Como é observado na tabela, a Coopafi tem mais representatividade para a UPF 6 com 90% da renda, que advém da comercialização de panificados pela cooperativa. O entrevistado da UPF 6 relata: “Tudo que produzimos é destinado a Coopafi na feirinha, nós até tínhamos outros lugares que entregávamos, mas paramos porque não dava mais conta”. Seguido então, pela UPF 5 com 70% que produz e comercializa hortaliças orgânicas. A UPF 3 que, também, produz panificados, 50% de sua renda advém da comercialização via Coopafi.

A UPF 9, atualmente, tem porcentagem zero pelo fato de não comercializar seus produtos na feira municipal e nem nos programas Institucionais (PNAE ou PAA). Entretanto, a UPF comercializava produtos para os referidos programas, como no momento não comercializa mais para os programas, a Unidade permanece na cooperativa com intuito de venda para o mercado convencional e com expectativas de voltar a entregar para esses programas.

Isso posto, é necessário evidenciar que além da renda obtida pela comercialização da produção por meio da Coopafi, em sete UPFs advém também de outros locais de comercialização, tais como restaurantes, eventos, peixaria, entre outros. Em três UPFs, a renda é composta, também, pelo benefício da previdência rural. Três UPFs possuem outras fontes de renda além da produção e comercialização que são destinados a cooperativa, sendo produção de milho, aipim, gados e aluguel de imóveis.

4.2.4 Investimentos nas UPFs, processos de inovação e acesso ao crédito rural

O tópico sobre os investimentos nas UPFs envolve aspectos relacionados à produção e a comercialização (compra de maquinários, construções de galpões e de unidades de produção, meios de transportes, entre outros, realizados com a renda da comercialização por meio da cooperativa), processo de inovação e acesso ao crédito rural.

Sete das UPFs realizaram investimentos relacionados à produção. Entre os investimentos identificados, destacam-se: reforma, construção e readequação de unidades produtivas, compra de maquinários (freezer, fornos, armários, mesas de aço inox, utensílios para a preparação dos panificados, entre outros). Em uma das UPFs, o investimento não foi realizado no imóvel, mas no meio de transporte utilizado para a comercialização da produção.

Ainda, foi questionado sobre investimentos na moradia (reforma, compra de mobiliário, eletrodomésticos), sendo que apenas um dos entrevistados relatou a construção de uma casa na propriedade familiar.

No que se refere aos processos de inovação nos âmbitos da produção e da comercialização nas UPFs, quando questionados quais instituições e/ou organizações foram consultadas e auxiliaram em tais processos, sete dos entrevistados citaram a EPAGRI. Foram citados, de igual modo, por dois dos entrevistados, o auxílio de empresas privadas e agropecuárias. Um deles, ainda, fez referência à orientação da própria Coopafi. Além disso, três entrevistados citaram a contribuição da CRESOL. Apenas, dois entrevistados relataram que não solicitam a orientação de instituições e organizações.

Quanto ao acesso ao crédito rural, com base nos relatos dos entrevistados, foi possível verificar que oito das UPFs acessaram o PRONAF. Dentre os que relataram, dois entrevistados utilizaram o crédito obtido nas UPFs, um relatou que comprou um trator para cultivo e outro um carro para fazer entrega de seus produtos. Somente um entrevistado relatou nunca ter acessado o PRONAF.

4.2.5 As transformações na UPF depois da filiação a Coopafi

Sobre o tempo de associação a Coopafi, três entrevistados de UPFs distintas relataram que são associados entre 4 a 6 anos, três entre 7 a 9 anos, seguido por dois com igual ou mais de 10 anos e, somente, um com menor período de tempo na cooperativa, 3 anos associado.

Dentre os motivos que levaram à associação a Coopafi, destaca-se a mudança de atividade produtiva, por exemplo, do cultivo do fumo para outras atividades como a produção de panificados, hortaliças, verduras entre outros. Sobre a mudança de atividade, a entrevistada da UPF 5 relatou:

O fumo não tava mais dando nada, nada mesmo, até que meu marido se empregou, ficou empregado durante 19 anos. Depois eu comecei sozinha na produção, faz 2 anos que ele largou o emprego pra vir pra roça, porque ele não gostava daquele emprego, não gostava de trabalhar empregado, sempre gostou da roça, se empregou porque foi obrigado porque o fumo não dava mais nada e a família deles também era grande, daí era pouca terra pra muita gente, como agora surgiu a oportunidade ele vazou e voltou para a roça.

Além disso, foi possível verificar por meio dos questionários, que para alguns dos associados o cultivo do fumo era uma atividade muito cansativa, o que fez com que trocassem seu ramo dentro da agricultura familiar.

A comercialização pelo PNAE/PAA, também, foi relatado pela maioria dos entrevistados. O entrevistado da UPF 1 conta que “para entregar para os colégios tinha que ser associado a Coopafi, porque a Coopafi se tornou a compradora do agricultor, a gente manda pra ela comercializar o nosso produto”. O entrevistado da UPF 5, também, relatou: “o motivo foi por eu ter entrado nos orgânicos e para ter também as entregas nas escolas [...] eles estavam precisando de produtor, eu estava precisando de dinheiro, dai uma coisa juntou com a outra”.

Entre outros tipos de comercialização pela cooperativa, a criação da feira da agricultura familiar, realizada no município de Içara, foi destacada como uma das vantagens relacionadas à associação e a comercialização por meio da cooperativa. A entrevistada da UPF 6 descreve:

Nós trabalhávamos com verduras, entregava para os colégios, trabalhava com leite, depois inventaram de colocar essa feira, entrei só com doces caseiros. Nós fomos os primeiros a participar da feirinha, os pioneiros, depois a feirinha mudou, veio aqui do lado da rodoviária e nós continuamos aqui ainda. [...] quase 100% da renda é pela comercialização pela Coopafi, porque tudo que produzimos é vendido aqui na feirinha

No caso de uma das entrevistadas, a questão de bloco de notas, que serve como comprovação para o direito à previdência rural, foi um fator que motivou a associação. A entrevistada da UPF 6 mencionou:

Quando a gente trabalhava com fumo, com morango, era tudo com meu marido e a minha amiga me questionou se eu não tirava bloco de notas. Ai eu respondi que não. Ela sugeriu para que eu me tornasse sócia da Coopafi. Ai fui ver o que era, entrei de sócia, comecei a vender umas verdurinhas e foi indo e foi indo. Começou por causa dos blocos de notas e eu amei ser sócia dali. Com o tempo foi melhorando. Hoje ta melhor ainda.

A participação da EPAGRI, também, teve relevância nos aspectos relacionados à associação da Coopafi. Por exemplo, foi por intermédio da EPAGRI que o entrevistado da UPF 8 conseguiu comercializar seu pescado na feira da agricultura familiar do município. Além disso, a EPAGRI colaborou com a UPF 7, que prestou suporte para a criação de um trailer que comercializa caldo de cana e salgados. O entrevistado da UPF 7 relata: “eu viajava, era caminhoneiro, faz uns 6 anos que eu parei de viajar, há uns 3 anos eu mandei fazer o trailer, e agora nós

trabalhamos com isso”. Atualmente, o associado produz cana-de-açúcar para fazer o caldo de cana e comercializa na feira da agricultura familiar e em eventos.

Outro fator evidenciado por alguns entrevistados, como uma vantagem da associação, refere-se à comercialização e à diminuição de impostos, assim como a legalização da produção. O entrevistado da UPF 9 relatou: “os motivos era para ter uma venda melhor né, porque através da cooperativa eu tinha menos impostos para vender meu produto no mercado; hoje eu posso vender meu produto no mercado, posso vender em qualquer outro local, não fica um produto clandestino”.

Por fim, os nove entrevistados relataram que só existem vantagens em ser associado a Coopafi. Além dos motivos que levaram a se associar, muitos relataram as vantagens de permanecer como associados da cooperativa. Entre as vantagens, foi possível identificar a comercialização da produção para o PNAE, auxílio no acesso ao crédito, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para a comercialização, auxílio nas questões e encaminhamentos burocráticos, envolvendo a produção e a comercialização.

Vantagem primeiro é as entregas nas escolas e, também, eles ajudam bastante no que a gente precisa, tipo, na questão do PRONAF, eles se juntam com o banco para facilitar o acesso, tem bastante coisa. (Entrevistado da UPF 5).

Têm muitos benefícios, eles ajudam bastante o cooperado, questão burocrática, a parte do CNPJ, que usamos deles, também, para comercializar nossos produtos [...]. A Coopafi foi tudo para nós. (Entrevistado da UPF 6).

A mudança de atividade produtiva, como já citada, da fomicultura para produção e comercialização de panificados por meio da cooperativa, segundo o entrevistado da UPF 3, foi e é uma das vantagens. Além disso, a vantagem da associação foi relacionada ao auxílio em uma nova atividade produtiva e a comercialização da produção por intermédio da feira municipal. De igual modo, a vantagem da comercialização foi relacionada à legalização da produção e registro, conforme relatou o entrevistado da UPF 9:

A cooperativa tem o CNPJ que ela fornece. Meu produto tem uma fonte. Se tu não for cooperado se torna bem mais difícil de conseguir os registros, as vendas, vai gastar mais e se incomodar bem mais, já assim, a cooperativa já ajuda bastante.

Diante disso, pode-se perceber que a Coopafi teve e tem um papel importante para os associados entrevistados e, de forma mais ampla, para a

agricultura familiar de Içara, fortalecendo e valorizando ainda mais essa categoria e contribuindo de forma significativa na renda e produção de seus associados.

5 CONCLUSÃO

A Coopafi, como uma cooperativa descentralizada destacada no presente estudo, desde a sua criação, teve por objetivo contribuir com a valorização da produção de seus associados. De acordo com os objetivos propostos, além da análise de fontes documentais, foram entrevistados nove associados. Diante disso, pode-se perceber que a cooperativa foi significativa nas mudanças socioeconômicas nas unidades produtivas familiares, principalmente, para os antigos fumicultores, que buscaram outras atividades que trouxessem uma remuneração e uma valorização maior da sua produção, assim como possibilitou o início de uma nova UPF. A Coopafi, também, ofereceu suporte aos associados em questões legislativas e fiscais, contribuindo para que UPFs atendessem a normas estabelecidas e obrigatórias para estarem no mercado formal.

Para contribuir mais com o associado, a Coopafi e a prefeitura de Içara fizeram uma parceria para que os produtos que fossem destinados as instituições e escolas do município viessem da própria agricultura familiar da região. Isso motivou a produção da agricultura local, contribuindo com os produtores e fazendo com que os mesmos se associassem a cooperativa para poder garantir uma nova fonte de comercialização.

Diante disso, verificou-se que a venda para o PNAE/PAA se apresentou como um dos principais motivos que levaram a associação a Coopafi e contribui para a permanência. A feira municipal, também, foi apontada pelos entrevistados, como um local de comercialização direta e que traz uma renda significativa para quem participa, principalmente, para os produtores de panificados e hortaliças orgânicas, pois relataram que metade de sua renda advém da comercialização na feira. Apesar de o PNAE/PAA serem citados pelos entrevistados, apenas três associados de UPFs distintas comercializam seus produtos para esses programas atualmente. Os locais de comercialização que foram mais destacados pelos entrevistados foi a feira municipal, seguida por fruteiras e outros locais.

Os principais investimentos realizados pela maioria dos entrevistados se referiram as UPFs, com intuito de melhorar e aumentar a produção para garantir uma melhor renda familiar. Entretanto, poucos mencionaram destinar sua renda em melhorias na propriedade. Diante disso, pode-se perceber que a contribuição socioeconômica que a Coopafi teve nas UPFs foi positiva, principalmente para os

pequenos produtores que conseguiram garantir um novo local de comercialização, aumentar sua produção, além de formalizar seus produtos, agregar valor ao mesmo e estarem inseridos nos mercados institucionais e convencionais da região por meio da cooperativa.

REFERÊNCIAS

BIALOSKORSKI NETO, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 01, p. 93-118, jan./mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000100006&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: 02 nov.2018.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE**. 2018c. Disponível em: <<http://www.fnnde.gov.br/index.php/programas/pnae>>. Acesso em: 01 nov.2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Linhas de crédito**: Conheça as linhas de crédito do PRONAF. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **PRONAF**. 2018a. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>>. Acesso em: 24 out.2018.

BRASIL. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. **PAA**. 2018b. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acesso em: 01 nov.2018.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. **Ruris**. v. 2, n. 1, mar. 2008. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ceres/2008-maria_carneiro.pdf>. Acesso em: 03 out.2018.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 8 abril 1997, p. 70-82. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/106/102>>. Acesso em: 19 out.2018.

ESTEVAM, D. de O.; BEZ BATTI, C.; LANZARINI, J. J. S (2011). “O cooperativismo virtual ou não patrimonial na perspectiva da economia solidária: estudo do caso da cooperativa da agricultura e pesca familiar de Içara - SC (COOPAFI)”. **Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: "Diversidades e (Des)igualdades"**.

ESTEVAM, D. de O.; CARDOSO, J. V.; SALVARO, G. I. J.; MUELLER, R. R. O programa de aquisição de alimentos (PAA) na composição da renda dos/as agricultores familiares no município de Içara – SC – Brasil. In: **Congresso da Associação Internacional De Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa**.

ESTEVAM, D. O.; VERGINIO, M. R. C. A diversidade do cooperativismo brasileiro e catarinense. **Revista Catarinense de Economia**, v. 1, n. 1 (2017), p. 72-93. Florianópolis/SC. Disponível em: <<http://apec.pro.br/rce/index.php/rce/article/view/12/12>>. Acesso em: 30 set.2018.

ESTEVAM, Dimas de O.; MIOR, Luiz Carlos. (Org.). **Inovações na agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 2014.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; BUSARELLO, Carla Spillere. Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. **Interações**, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 289-299, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/67/90>>. Acesso em: 02 nov.2018.

GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba – SP. Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a07v52s1.pdf>>. Acesso em: 17 out.2018.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

REITER, Janice Maria Waintuch *et al.* **Levantamento das Cooperativas da Agricultura Familiar na mesorregião Sul Catarinense**. Relatório preliminar do Projeto “Dinâmicas organizacionais e estratégias de mercado das redes de cooperação da Agricultura Familiar na Mesorregião Sul Catarinense”, Florianópolis, Dezembro de 2013. Disponível em: <http://intranetdoc.epagri.sc.gov.br/producao_tecnico_cientifica/DOC_34519.pdf>. Acesso em: 05 jun.2019.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* (Org.). **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas**. Brasília – Ipea, 2014, p. 75-104. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_politicassagroambientais.pdf>. Acesso em: 26 out.2018.

SCHNEIDER, J. O. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais. **Cadernos Gestão Social**, v. 3, p. 251-273, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.adm.ufba.br/index.php/cgs/article/viewArticle/296>>. Acesso em: 29 ago.2018.

SCHNEIDER, Sérgio *et al.* (Orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil rural**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 3, ago. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000300009&lng=pt&nrm=iso>.

SCHNEIDER, Sergio; FERRARI, Dilvan Luis. Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar - o processo de realocação da produção agroalimentar em Santa Catarina. **Organizações rurais e agroindustriais**, Lavras,

v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015. Disponível em:
<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151097/001010176.pdf?sequenc e=1>>.

TURPIN, Maria Elena. A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas 16(2), p. 20-42, 2009. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634783/2702>>.
Acesso em: 23 out.2018.

WANDERLEY, Maria B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p.60-85, 2009. Disponível em:
<<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/308/304>>. Acesso em: 04 out.2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade, **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n.21, p. 42-61, out.2003. Disponível em:
<<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>>. Acesso em: 15 out.2018.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DA ENTREVISTA



UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

Curso de Ciências Econômicas

A presente entrevista integra a pesquisa desenvolvida pela acadêmica Fernanda Fermo Bif e seu professor orientador Dr. Dimas de Oliveira Estevam, que tem por objetivo: **Verificar a contribuição socioeconômica da Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar de Içara (COOPAFI) nas unidades de produção familiar.**

Na busca de informações que possibilitem a elaboração do estudo monográfico e a conclusão do curso de graduação em Ciências Econômicas pela UNESC, solicita-se a sua colaboração para a presente pesquisa.

Perfil do Agricultor/a:

1. Localidade onde está situada a Unidade de Produção Familiar/Propriedade:

2. Sexo?

() Feminino

() Masculino

3. Idade? _____ anos.

4. Qual o seu Nível de Escolaridade?

() Ensino Fundamental Incompleto

() Ensino Médio Completo

() Ensino Fundamental Completo

() Ensino Superior Incompleto

() Ensino Médio Incompleto

() Ensino Superior Completo

5. Estado Civil:

() Solteiro/a () União Estável () Outro: _____

() Casado/a () Viúvo/a

6. Composição familiar (residentes e não-residentes na propriedade):

7. Situação em relação à Unidade Produtiva Familiar (UPF):

() Proprietário () Arrendatário

8. Tamanho da UPF?

() Até 1 ha. () Entre 6 e 9 ha.

() Entre 1 e 3 ha. () Acima de 10 ha.

() Entre 3 e 6 ha.

9. Atividades Desenvolvidas na UPF? E fora da propriedade?

10. Quais são produtos produzidos na UPF e as quantidades (diárias e/ou mensais)?

11. Quais são os produtos e as quantidades destinadas à comercialização pela cooperativa mensalmente?

12. Quais as outras formas e locais de comercialização da produção?

() Supermercados () Fruteiras

() Padarias () Feiras

() PNAE/PAA

() Outros: _____

19. Ocorreram investimentos na moradia (reforma, compra de mobiliário, eletrodomésticos, etc.) realizados com a renda da comercialização da produção por meio cooperativa? Quais? Caso não, pretende investir? Em que?

20. O/a senhor/a já acessou alguma modalidade de crédito rural? Quais?

21. Há quanto tempo é associado/a da Coopafi? Quais motivos levaram você a se associar na mesma?

22. Quais as vantagens e desvantagens em ser cooperado? A cooperativa contribuiu na renda da UPF?